

A LITERATURA COMO BENS E COMO FERRAMENTAS¹

Tradução de:
Daiane Padula Paz²
Éderson Cabral³
Luís Fernando da Rosa Marozo⁴
Yanna Karlla Honório Contijo Cunha⁵

Em meu trabalho “O repertório da cultura e a riqueza das entidades coletivas” (EVEN-ZOHAR, 1997b) propus analisar as atitudes atuais no âmbito do pensamento e o trabalho em – e sobre – a “cultura”ⁱ, por meio de uma divisão sumária de todas as perspectivas sob duas grandes categorias: por um lado a concepção de cultura como “bens” e por outro a concepção de cultura como “ferramentas”.

Na concepção de cultura como bens, a cultura é considerada como um conjunto de bens valiosos, cuja posse significa riqueza e prestígio. O proprietário de tal conjunto pode usá-lo para mostrar suas riquezas. Este é um procedimento (uma prática) que pode ser adotado tanto por um indivíduo, como por um coletivo organizado de indivíduos, especificamente por uma entidade social.

Os bens podem ser materiais ou semióticos (problematicamente chamados “simbólicos” em algumas tradições) – quer dizer, “palpáveis” e “não palpáveis”. Pouco importa, do ponto de vista de suas respectivas funções, se os bens são o lápis-lazúli, um palácio, a água corrente, um automóvel, um computador, um conjunto de textos ou um grupo de produtores (“poetas”, “escritores”), uma coleção

* Tradução de *La literatura como bienes y como herramientas* de Itamar Even-Zohar. In: VILLANUEVA, Darío; MONEGAL, Antonio; BOU, Enric (Coord.). *Sin Fronteras: Ensayos de Literatura Comparada en Homenaje a Claudio Guillén*. Madrid: Editorial Castalia, 1999, p. 27-36.

¹ Texto baseado na conferência na Universidade de Almería, 29 de abril de 1997, no marco do Seminário sobre História da Literatura organizado pelo Prof. Miguel Gallego Roca. Uma parte também foi apresentada em outra Conferência na Universidade de Granada, em 28 de abril de 1997, organizada pelo Prof. Antonio Sánchez Trigueros. Agradeço a Miguel Gallego Roca e a Antonio Sánchez Trigueros pela oportunidade de apresentar estas ideias. (Nota do autor)

² Mestra em Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira pela Universidade de Cantabria (Espanha). Professora Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

³ Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

⁴ Doutor em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

⁵ Mestra em História da Literatura pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

de peças musicais, uma coleção de pinturas, esculturas, um teatro, e assim sucessivamente. Uma vez que um conjunto definido de tais bens chega a ser avaliável, pode-se lhe atribuir um valor. Os bens que não podem ser avaliados por um mercado credenciado não podem, conseqüentemente, ter valor, e, portanto, não são identificados – nesta concepção da “cultura” – como “cultura”. Nesta concepção, pode-se falar de certas entidades como “carentes de cultura”, caso se diagnostique que não estão em posse de um conjunto definido de bens requerido.

Na concepção de cultura como ferramentas, a cultura é considerada como um conjunto de ferramentas para a organização da vida, tanto no âmbito coletivo, quanto no individual. Estas ferramentas são basicamente de dois tipos:

a) As ferramentas “passivas” são os procedimentos com cujo auxílio a “realidade” é analisada, explica-se e chega a “ter sentido” para os seres humanos.

Esta perspectiva tem de fato raízes na tradição hermenêutica; a qual observa o mundo como um conjunto de sinais que precisam ser interpretados a fim de dar algum sentido à vida. A ideia de um “sistema modelador”, desenvolvida por Ivanov, Lotman e outros semióticos russos, determina todo um conjunto coerente de procedimentos com a ajuda dos quais o mundo é organizado na mente. Este princípio é formulado por Lotman, Jurij, y Boris Uspenskij. (1978; 1971: 146-147) da seguinte maneira:

O “trabalho” principal da cultura (...) é a organização estrutural do mundo que nos rodeia. A cultura é um gerador de estruturalidade e cria uma esfera social ao redor do homem que, como a biosfera, torna a vida possível (neste caso, a vida social e não orgânica)⁶.

b) As ferramentas “ativas” são os procedimentos com a ajuda dos quais um indivíduo pode gerir qualquer situação na qual se encontre, assim como produzir também qualquer tipo de situação. Segundo Swidler (1986:273)⁷, a cultura é “um repertório, ou um conjunto de ferramentas, de hábitos, de habilidades, e padrões por meio dos quais a pessoa constrói ‘estratégias de ação’”.

⁶ Conforme a tradução de Segal (1974:94-95).

⁷ “a repertoire or “tool kit” of habits, skills, and styles from which people construct ‘strategies of action’”. (nota do autor).

Portanto, esta perspectiva conecta com os conceitos de “atuar” e de “atividade”, mais do que com os conceitos de “entender”, como é o caso das ferramentas passivas. Evidentemente, é imprescindível “entender” para “atuar”, porém o que importa aqui é o princípio de tomar decisões ativas e realizá-las, mais do que “extrair sentido” de situações determinadas.

Enquanto as ferramentas, “passivas” ou “ativas”, funcionam como organizadores de “vida”, os bens podem ser considerados como “organizadores” apenas indiretamente da prática quando se convertem, ou são transformados, em ferramentas. Ou seja, quando podem ajudar seu proprietário a converter o valor que significam em uma ferramenta utilizável. Trata-se nesta conversão de fazer (criar, produzir, etc) modelos – para compreender ou atuar – a partir de signos ou símbolos. O processo é, basicamente, análogo à transformação de certos materiais que deixam de ter valor simbólico e passam a ser utilizados com fins práticos, a ser ferramentas, como sugeriu Renfrew (1986).

Ao pensar na literatura, acredito que este tipo de análise pode nos ajudar a desenvolver uma visão mais ampla e talvez uma compreensão mais adequada deste fenômeno. Certamente, para poder trabalhar em um marco parecido, trata-se sobretudo de se libertar da concepção da “literatura” como somente uma coleção de textos, especialmente os “legitimados”. Caso se aceite a ideia de que poderia nos servir melhor o tratamento da “literatura” como uma rede, um complexo de atividades, a distinção entre “bens” e “ferramentas”, nesta rede, seria um passo adiante para libertar a análise da “literatura” do isolamento que resultou por tratá-la como um fenômeno *sui generis*.

QUE SENTIDO TEM ENTÃO O CONCEITO DE “BENS” NO CONTEXTO DA LITERATURA?

Trata-se, simplesmente, de um fenômeno histórico, que conhecemos já nas sociedades alfabetizadas mais antigas como a Suméria, Akkad, Babilônia, Egito e Assíria. Já na Suméria, através da escola (*é-dubba*) emergiu – talvez pela primeira vez na história da humanidade – o estabelecimento dos textos canônicos e, com eles, a importância das pessoas capazes de reproduzi-los. Esta relação básica,

apesar das transformações enormes ao longo da história, não mudou. Para os que estão envolvidos na produção, ou na reprodução, de textos – escritos ou recitados – trata-se em primeiro lugar de poder incluir seus produtos no grupo de textos canônicos, e, portanto, avaliáveis e valiosos.

A ideia de que alguns textos possam se transformar em bens desejados não é necessariamente “natural”, principalmente quando se trata de uma competição entre poderes. Entende-se melhor o porquê um rei como Kadashman-Enlil de Babilônia – como quase todos os outros governantes que têm relações com o Faraó do Egito – deseja tanto o ouro⁸. Porém, a história da transformação de produtos não materiais em bens valiosos não está ainda bem explicada, embora seja um capítulo muito importante na história da “literatura”. No entanto, não se trata de um desenvolvimento histórico linear, nem de um acontecimento único que ocorrera de uma vez por todas em tempos antigos. Ao contrário, trata-se de uma luta permanente, e com muitas oscilações, por parte dos produtores de textos, para converter seus produtos em bens valiosos e, sobretudo, mantê-los como tais.

O valor, ao ser principalmente simbólico, não requer necessariamente uma vasta produção. Às vezes, a capacidade de produção pode ser suficiente para que na “lista obrigatória de bens indispensáveis” se marque “OK” na categoria relevante. Em casos muito extremos, as pessoas que potencialmente estão capacitadas para produzir textos são mais importantes que os produtos. Não posso deixar de pensar, por exemplo, em Assuracenturix, este poeta da aldeia gaulesa de Asterix, que nunca tem permissão para cantar seus poemas, ainda que seu papel como “o poeta da aldeia” seja indispensável. Na Galícia, como sem dúvida em outros lugares, ainda se conhecem estes “poetas de aldeia” cujos únicos produtos textuais são suas descrições detalhadas de como vão escrever seus poemas. Esses casos, talvez raros e extremos, são citados aqui para destacar a importância de diferenciar entre todos os usos possíveis dos textos e seu valor simbólico, que funciona como um capital.

⁸ Ameaça a Amenophis III do Egito (séc. XIV a.C) que não daria sua filha como esposa se não lhe enviasse o ouro prometido no prazo estabelecido: “Lu 3 lim bilti sha hurasi subi - ul amahar; utaraku, u marti ana ahuzati ul anadin.” Inclusive se me enviasse 3 mil barras de ouro, não as aceitaria, [se não que] as devolveria, e no lhe daria minha filha como esposa. (KNUDTZON, 1907; MERCER, 1939).

Certamente, na maioria dos casos, para poder acumular este capital tem que se investir em mercadorias relevantes. Por exemplo, colecionar textos, como fez o imperador Assurbanipal da Assíria (669-633), que nos deixou uma biblioteca enorme com quase 25 mil tabuas de argila. E, além disso, colecionar pessoas que produzam textos. Tal como o expressa Gentili (1984:153), falando da Grécia entre o século sexto e quarto antes de Cristo, “[...] *attraverso l’opera dell’artista, il ricco signore o l’aristocratico della città e soprattutto il tirano miravano a nobilitarsi e a consolidare il proprio potere politico*”⁹. Não se deve estranhar que encontremos estes bens humanos entre os tributos que devem fazer os pequenos governantes aos mais poderosos. Por exemplo, o rei assírio Senaquerib se ostentava dos recitadores, homens e mulheres, que havia obrigado a pagar a Ezequías, rei de Judá, como parte de um exigente tributo. Sem dúvida, “possuir uma literatura” (os textos e seus produtores) equivale a “possuir riquezas apropriadas para um poderoso governante”. É um importante componente que poderia se denominar “os *indispensabilia* do poder”.

No entanto, na história da literatura como bens, estes mudam de propriedade. De um estado, no qual, para ser avaliáveis, devem pertencer a um governante, transformam-se em bens que pertencem “a todos”. Como tais, em vez de “enobrecer” e “consolidar” o poder político de um governante, chegam a enobrecer e consolidar o sentimento de identidade e bem-estar da coletividade. Além disso, a posse de tais bens se apresenta – através da propagação por parte daqueles que têm interesse na criação ou a manutenção da entidade coletiva - como um signo de comunidade e riqueza compartilhada. Desde o século XVIII, o estabelecimento de umas línguas nacionais e uma literaturas nacionais é então equivalente ao fato de adquirir bens para a própria identificação e a própria construção, que em outros períodos caracterizavam apenas aos grupos dominantes. O sentimento do líder mudou do líder individual e do nobre, para todo um corpo anônimo chamado “a nação”. Cada membro deste corpo, somente por sua participação em “a nação”, ganhou o direito de compartilhar os bens adquiridos. Assim, o demonstrar a adequação da língua alemã a qualquer tarefa espiritual e intelectual significa, do

⁹ “[...] mediante o trabalho do artista, o senhor rico e o aristocrata da cidade, e ainda mais o tirano, procuram enaltecer a si mesmos e consolidar seu próprio poder político” (tradução nossa).

ponto de vista dos “alemães” (seguindo a descrição de Blackall sobre o nascimento da Alemanha): “não nos sentiremos agora inferiores à nação francesa ou a qualquer outra nação”. Ter uma literatura que é, inclusive, capaz de competir com outras, implica de forma evidente que “nós somos uma grande nação”. Para qualquer indivíduo inserido em uma comunidade, a grandeza da nação lhe confere também uma grandeza individual: “sou grande, porque pertenço a uma nação que gerou Goethe”. Não existe muita diferença com o tipo de sentimentos que implica qualquer competição: “sou grande porque pertenço a uma nação cuja equipe de basquetebol ganhou a Copa da Europa”. Simplesmente “vale a pena” ser membro de uma nação assim, e este mérito é convertido em poderoso fator para fortalecer e alimentar o sentimento de pertencimento.

Do ponto de vista dos *produtores* de texto, em uma perspectiva histórica, é interessante observar como tiveram êxito em se libertar – nos países democráticos – de sua dependência total dos poderes, sem perder a opção de manter o valor de seus produtos para continuar beneficiando-se de sua posição privilegiada em termos culturais e econômicos. O *status* da “literatura”, e de seus agentes e trabalhadores, resulta no mundo atual quase incontestável. Em outras palavras, deve-se investir relativamente pouco para manter o *status* adquirido, apesar de que (sobretudo em termos econômicos) está armazenado pelos produtos chamados “populares” dos *mass media*.

Esta liberação, que diz respeito do poder junto com a valorização continuada dos produtos como bens valiosos, foi alcançada ao longo dos séculos XIX e XX, através de uma autonomização relativa das atividades literárias (BOURDIEU, 1971). É possível rastrear esta luta, por exemplo, analisando as carreiras de “*les poètes maudits*” franceses.

Porém, esta liberação gerou também uma indiferença quase completa à literatura por parte do poder em algumas sociedades, nas quais a literatura, os escritores, e também todos intelectuais, perderam sua posição quase de primazia. Refiro-me, sobretudo, aos países como os Estados Unidos.

QUE SENTIDO TEM, POR OUTRO LADO, O CONCEITO DE FERRAMENTOS NO CONTEXTO DA LITERATURA?

Basicamente, são válidos para a literatura, neste contexto, os mesmos princípios que para a cultura em geral. Quer dizer, que, por um lado, a literatura serve para proporcionar modelos de explicação do mundo, da realidade; por outro lado, funciona para proporcionar modelos de atuação.

Ferramentas para entender o mundo: no primeiro caso, trata-se de “entender” a vida. Esta função agora é pertinente nos textos mais antigos da civilização, como os da Suméria e Akkad (Babilônia). Neles, explica-se a criação do mundo, a função do amor, o fato da mortalidade do ser humano, a natureza e como pode se relacionar o mundo de uma humanidade organizada com o dos seres selvagens. Postulam a causalidade, a regularidade e a simplicidade de grande parte dos fatos conhecidos e das questões cotidianas, assim como das não cotidianas.

Neste sentido, pouco mudou desde aqueles tempos remotos da história humana. Os textos mais recentes de nossa época, escritos ou cinematográficos, continuam fazendo o mesmo trabalho: proporcionam-nos explicações, relativamente coerentes, de uma realidade complexa. Em resumo, se trata de um repertório bastante restrito de modelos explicativos.

Ferramentas para atuar no mundo: no segundo caso, trata-se de modelos de atuação. Quer dizer que os textos não proporcionam somente explicações, justificativas e motivos, mas também – ou às vezes em primeiro lugar – esquemas (ou *scripts*) de ação. Aqueles que leem ou escutam (ou olham) estes textos não somente recebem deles concepções e imagens coerentes da realidade, mas podem extrair deles instruções práticas para seu comportamento cotidiano. Assim, os textos propõem não somente como se comportar em casos particulares (por exemplo, como comer ou falar, beijar ou reagir a um acontecimento qualquer), senão como organizar a vida: exercitar-se ou não, de que maneira, diversas opções. Por exemplo, apaixonar-se, casar-se, ter filhos, trabalhar ou evitar todo trabalho, sentir-se feliz de morrer pela pátria, etc. Em suma, trata-se de um repertório bastante restrito de modelos para sua execução.

Certamente (talvez tenha ainda que destacá-lo), não se trata só de textos, mas sim da totalidade das atividades envolvidas em sua produção, distribuição, repetição e valorização. Em síntese, de uma rede de papéis e posições, que

constituem juntos o que chamamos de “a literatura”. Os modelos que os textos oferecem necessitam de mediação de agentes para ser efetivos. E – como discuti em outros trabalhos¹⁰ – trata-se de um conjunto complexo de relações heterogêneas (brevemente, um “polissistema”) entre vários fatores socioculturais.

É esta totalidade, esta rede de atividades que funciona como indústria de ferramentas indispensáveis para a organização da vida, a que explica – como agora consta desde as formulações dos semióticos russos (Lotman, Ivanov, Uspenski) – a força enorme da literatura ao largo da história. Nesta concepção, a “literatura” não figura como um instrumento “estético” ou uma diversão para os privilegiados. Trata-se, ao contrário, de uma instituição social muito poderosa e importante, um dos instrumentos mais básicos da maioria das sociedades humanas, para ordenar e manusear seu repertório de organização da vida, ou seja, sua cultura.

Como na questão dos bens, também aqui o aspecto relevante da interação sociocultural é quem são os que controlam e manuseiam os repertórios. Se no caso dos bens o que importa é a quem pertencem, neste caso se trata de quem tem a capacidade de determinar quais serão os repertórios reais – quer dizer, não somente os repertórios oficiais, mas também os que efetivamente que utilizam em sua vida. As chamadas lutas pelo cânone na história da fabricação de textos são sem dúvida – em particular quando a literatura mantém uma posição forte – conflitos de interesses sobre quem terá a legitimação e a capacidade para produzir e propor repertórios que funcionem como depósito de ferramentas para manusear a vida (coletiva e individual). É por isso que o cânone literário – tanto se entendido como um repertório de modelos mais ou menos obrigatórios de produção, ou como um depósito de valores imortais – chegou a ser uma instituição tão fundamental.

Quando os textos funcionam como portadores oficiais dos modelos canônicos do mundo, sem dúvida ajudam a manter a ordem social e política dos países onde são conhecidos. Porém a literatura teve ao longo de sua história secular relações alternantes com o poder. Enquanto vemos em várias épocas produtores de texto a serviço do poder até o ponto que não sabemos nada de sua identidade – já no

¹⁰ Especificamente em “O ‘sistema literário” (versão em inglês em Even-Zohar 1990; tradução ao espanhol na web – 1996. Para uma versão mais atualizada, porém sem discussão particular acerca da literatura, veja Even-Zohar 1997a). (tradução nossa)

antigo Israel (e logo na antiga Grécia), pela primeira vez na história da humanidade foram produzidos textos com aspirações declaradas de funcionar como ferramentas de organização da vida sem a aprovação do poder. Com bastante frequência (no caso dos profetas israelenses, ou dos filósofos gregos) inclusive em confrontação com ele.

Este desenvolvimento da produção “livre”, como sabemos, intensificou-se depois, e, conseqüentemente, a luta por controlar os repertórios de vida através da literatura se viu quase sempre implicada em conflitos de interesse, não somente entre grupos de diversos produtores (tal como descrevem geralmente a história da literatura dos literatos), mas também entre o poder e quem pôde se libertar – ao menos até certo ponto – de sua dependência. Certamente, sob o ponto de vista do poder, tanto ao se tratar de um Zar Nicolai, ou de um Stalin ou de um Franco – mas também (de distinta maneira, sem dúvida) de um Mitterrand – os repertórios propostos por uma indústria mais ou menos “livre” (ou menos dependente) são muito perigosos - o são, obviamente, porque podem estar em conflito com os repertórios preferidos e desejáveis para o poder. Portanto, até quando não possam controlar diretamente esta indústria, os poderes tentam fazê-lo através de um controle indireto. Este pode expressar-se hoje em dia de várias “formas”. Por exemplo, um tratamento bastante generoso aos produtores – ou à indústria inteira – em forma de subvenções, benefícios, posições na Administração (ministros, embaixadores, etc), ou às vezes simplesmente de “uma” imitação a um Roland Barthes, a tomar chá no *Palais de l'Élysée* com o presidente da República, uma intervenção mais ativa tem lugar também através da inclusão e da exclusão de textos das seleções escolares e mediante múltiplos outros métodos abertos ou escondidos.

A CONVERSÃO DE BENS EM FERRAMENTAS E DE FERRAMENTAS EM BENS

Os dois aspectos discutidos – o de bens e o de ferramentas – permitem-nos escrever duas histórias diferentes da literatura. No entanto, ainda que seja possível distingui-los um do outro, existem razões – por outro lado – para tentar também analisá-los em sua interdependência. Esta pode adicionar uma dimensão a qualquer história nova, porque poderia explicar as circunstâncias que fazem possível que a

literatura mantenha ou perca sua posição na atividade incessante para manusear os repertórios da vida na sociedade. Quando ao menos parte da rede de atividades relacionadas com a literatura é considerada como valiosa, ou seja, como bens, é mais simples para os produtores e os agentes (os que têm interesse em empregar os produtos literários) utilizar os diversos aspectos de sua indústria para fazer que seus modelos resultem aceitáveis como ferramentas “para a vida”. Certamente, o contrário se aplica igualmente: quando a literatura tem êxito ao propor ferramentas úteis, quase automaticamente adquire valor como bem indispensável.

Esta relação dinâmica entre a função como bens e a de ferramentas não ocorre necessariamente em cada época. Parece-me que, durante vários períodos na história, a literatura não tinha mais que seu valor como bens, sem alguma possibilidade de se transformar em ferramentas. Porém, poderia-se argumentar até nestes casos (a poesia cortesã medieval, o teatro francês das “*pièces bien faites*”, são talvez exemplos válidos), que a função de ferramentas agora está, no entanto, presente, embora de modo tímido.

De qualquer forma, aqui – como em muitos casos semelhantes – é medida o que conta, ou simplesmente: a função maior. A proposta de Renfrew – de aceitar a possibilidade de que certas coisas sejam em primeiro lugar somente bens, antes de se transformar em ferramentas, depois de um desenvolvimento complexo – pode sugerir para a análise da literatura um ponto de vista que ao menos valeria a pena examinar. A outra direção, isto é, a conversão das ferramentas em bens, parece mais compreensível.

Finalmente, as propostas apresentadas neste trabalho têm, em minha opinião, duas implicações; além de servir como soluções a problemas profissionais tal “como escrever mais adequadamente a história da literatura”.

Em primeiro lugar, ajudam a integrar a investigação da literatura em contexto mais amplo, concretamente em uma disciplina de pesquisa da cultura, não através de uma redução, mas sim totalmente ao contrário: destacando a função mais distintiva e declarada da literatura na criação e na manutenção da sociedade através de sua cultura.

Em segundo lugar, sem fazer referência particular a questões como a possibilidade de desenvolver disciplinas “melhores” (ou “mais adequadas”), dão-nos

– se opinamos que há ainda razão para manter os estudos literários – um instrumento eficaz para mostrar que, ao estudar e investigar a literatura, contribuímos com algo importante à compreensão da sociedade na qual vivemos. No entanto, é preciso pagar um preço que muitos “literatos” não queriam. É preciso se libertar da identificação automática, que é o resultado da evolução histórica descrita neste trabalho, da literatura como um “valor” positivo, estético (no sentido de ter validade atemporal) ou de outro tipo, e com a ideia popular de que é portadora de uma verdade, autêntica ou profunda – além do corrente – sobre o mundo. É precisamente sobre este conjunto de *doxa* que está baseada atualmente a reputação da literatura. Porém, ao tratar de uma base que depende das relações de poder, que poderia ruir repentinamente, e fazer com que o grupo literário inteiro se torne irrelevante e marginal. É hora de tratar a literatura academicamente e não como agentes da bolsa de valores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Le marché des biens symbolique. *L'année Sociologique*, 22, 1971, p. 49-126.

_____. Mais qui a créé les ‘créateurs’?. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980, p. 207-221.

_____. *Les règles de Varí: Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil. 1992.

EVEN-ZOHAR, Itamar. The "Literary System", *Polysystem Studies* 1, 1990, p. 27-44.

_____. La Función de la literatura en la creación de las naciones de Europa. In *Avances en Teoría de la literatura: Estética de la Recepción, Pragmática, Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas*. Santiago de Compostela: Darío Villanueva, 1994, p. 357-377. Disponível em: <<http://www.tau.ac.il/~itamarez>>.

_____. The Role of Literature in the Making of the Nations of Europe: A Socio-Semiotic Examination. *Applied Semiotics / Sémiotique appliquée*, 1, Toronto, 1996a, p. 20-30. Disponível em: <<http://www.tau.ac.il/~itamarez>>.

_____. *El "sistema literario"*. 1996b. Disponível em: <<http://www.tau.ac.il/~itamarez>>.

_____. Factors and Dependencies in Culture: A Revised Draft for Polysystem Culture Research. *Canadian Review of Comparative Literature*, 1997a.

_____. *Culture Repertoire and the Wealth of Collective Entities*. 1997b. Disponível em: < <http://www.tau.ac.il/~itamarez>>

GENTILI, Bruno. *Poesia e pubblica nella Grecia antica, da Omero al V secolo*. Roma: Laterza. 1984.

KNUDTZON, Jörgen Alexander. *Die El-Amarna-Tafeln*. In: KNUDTZON, Jörgen Alexander, WEBER, Otto; AALLEN, O. Zeller. *Vorderasiatische Bibliothek* [2. Stuck], Primera edición: 1907.

LOTMAN, Jurij; USPCNSKIJ Boris. O semioticheskom mexanizme kultru ry. In: *Trudy po znakovym sistemam VI*: Tartu. 1971.

_____. On the Semiotic Mechanism of Culture. *Nero Literary History*, IX, 2, 1978. p. 211 -232.

MERCER, Samuel A. B. *The Tell El-Amarna Tablets*. Toronto: Macmillan Co. Canada, 1939.

_____; HALLOCK, Frank. *The Tell El-Amarna Tablets*. New York: AMS Press. 1983.

RENFREW, Colin. Varna and the Emergence of Wealth in Prehistoric Europe. In: *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge, 1986. p. 141-167.

SEGAL, Dmitri. *Aspects of Structuralism in Soviet Philology*. Tel Aviv, 1974. Disponível em: < <http://www.tau.ac.il/tarbut/pubtexts/segal/Segal-Aspects.pdf>>.

SWIDLER, Ann. Culture in Action: Symbols and Strategies. *American Sociological Review* 51, abr. 1986. p. 273-86.